

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.529 - SC (2019/0181340-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL COMCAP
ADVOGADOS : CARLOS RODRIGUES BARZAN - SC012623
FABIANA PAVAN ESTEVES BARZAN - SC017018
PATRICIA GLUZ - SC029875
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NO DISPOSITIVO INDICADO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 39):

TRIBUTÁRIO. AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. MUDANÇA DO REGIME JURÍDICO DA EXECUTADA. PENHORA ANTERIOR. MANUTENÇÃO.

A transformação da executada de sociedade de economia mista em Autarquia ocorreu após a formalização da penhora nos presentes autos, razão pela qual permanece válida a constrição, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral (RE 693.112).

O recorrente alega violação do artigo 910, § 1º, do NCPC, ao argumento de que "o precedente citado pela decisão vergastada versa sobre a incorporação de entidade privada pelo Poder Público", mas que "a sociedade anônima não foi incorporada pelo ente federativo, no caso o Município de Florianópolis, mas sim, transformada em autarquia, o que não caracteriza incorporação." (fls. 55-56).

Contrarrazões às fls. 62-65.

Juízo positivo de admissibilidade às fl. 72.

É o relatório. Passo a decidir.

Não é possível conhecer do recurso especial que apresenta suposta violação do art. 910, § 1º, do CPC/15, pois o dispositivo indicado como malferido não contém comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Além disso, no que pertine à possibilidade de penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão desta pela União, tem-se que a questão foi dirimida com fundamento constitucional, especificamente com base no que decidiu o STF no RE 693.112, de modo que o recurso especial é inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. IPTU. RFFSA. SUCESSÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO. IMUNIDADE RECÍPROCA. ANÁLISE DE MATÉRIA

Superior Tribunal de Justiça

CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem decidiu a questão referente à sucessão tributária da União na propriedade de imóvel pertencente à extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA com base em fundamento eminentemente constitucional (imunidade e competência constitucional, a teor do art. 150, VI, a, da CF/88), o que impede a revisão por esta Corte, em recurso especial, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Agravo regimental improvido. (AgRg no Resp 1.575.338/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 3/3/2016, DJe 11/03/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. TRIBUTÁRIO. IPTU. RFFSA. SUCESSÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO. IMUNIDADE RECÍPROCA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

1. Não ocorre contrariedade ao art. 535, II, do CPC, quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu exame, assim como não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e inexistência de prestação jurisdicional.

2. O recurso não comporta conhecimento, tendo em vista que, muito embora tenham sido citados dispositivos infraconstitucionais, a matéria foi decidida sob enfoque eminentemente constitucional, qual seja, a imunidade tributária, sendo defeso o exame por esta Corte, sob pena de usurpação da competência do Pretório Excelso.

3. Consoante a reiterada jurisprudência desta Corte, não compete ao Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na CF/88, tampouco uniformizar a interpretação de matéria constitucional.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp 1.564.468/PR, Rel. Ministra Diva Malerbi, Segunda Turma, julgado em 1º/3/2016, DJe 9/3/2016).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. IPTU. TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL DA RFFSA PARA À UNIÃO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. REFORMA EM RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. O acórdão recorrido ancorou-se em fundamentação eminentemente constitucional para solucionar a questão relativa à incidência de IPTU relativo à imóvel transferido à União em virtude da extinção da Rede Ferroviária Federal S/A, o torna inviável a análise da controvérsia em sede de recurso especial.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp 1.572.135/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 16/2/2016, DJe 22/2/2016).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

